



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

DANILO LIMA AGUIAR

**A SOCIEDADE DE RISCO E A AMAZÔNIA BRASILEIRA: O CASO DO
MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES, AMAPÁ.**

MACAPÁ

2018

DANILO LIMA AGUIAR

**A SOCIEDADE DE RISCO E A AMAZÔNIA BRASILEIRA: O CASO DO
MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES, AMAPÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal Do Amapá – UNIFAP, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado e Licenciatura Plena em Ciências Sociais, sob a orientação do Professor Msc° David Junior De Souza Silva

FOLHA DE APROVAÇÃO

Universidade Federal do Amapá

Bacharelado e Licenciatura plena em Ciências Sociais

**A SOCIEDADE DE RISCO E A AMAZÔNIA BRASILEIRA: O CASO DO
MUNICÍPIO DE FERREIRA GOMES, AMAPÁ.**

Artigo apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do
Amapá como requisito de Trabalho de Conclusão de Curso.

Danilo Lima Aguiar

Defesa em: ___ / ___ / ___

Conceito obtido: _____

Banca Examinadora

Prof. Msc. David Junior De Souza Silva - Orientador

Prof. Dr. Manoel de Jesus de Souza Pinto

Prof. Msc. Emanuel Leal de Lima

A sociedade de Risco e a Amazônia brasileira: o caso do município de Ferreira Gomes, Amapá.

Danilo Lima Aguiar¹

Resumo

A Amazônia, vem experimentando uma era de megaprojetos e grandes obras de infraestrutura, principalmente no setor energético. Tais projetos econômicos, todavia, nem sempre atuam com responsabilidade ambiental que se espera deles. As hidrelétricas nos rios da Amazônia têm transformado a dinâmica socioambiental e socioterritorial da região, impactando de forma direta e indireta os povos da floresta. O desenvolvimento econômico proposto para a região é capitaneado pelos governos Federal e estadual e por associações empresariais. Por conta de seus impactos negativos às populações locais e de seu caráter autoritário, são intensamente resistidas por movimentos sociais. Neste artigo apresentamos o caso do município de Ferreira Gomes, no sudeste do estado do Amapá, onde se encontram duas hidrelétricas, UHE Ferreira Gomes e UHE cachoeira Caldeirão, cujas obras iniciaram em 2011 e 2013, respectivamente. Neste artigo analisamos as mobilizações sociais engendradas pela população local demandando que o conglomerado empresarial responsável pela obra e seus efeitos, exigindo reparação aos danos decorrentes do processo de implantação das hidrelétricas.

Palavras-chave: UHE Ferreira Gomes; UHE Cachoeira Caldeirão; Transformações Socioambientais; atingidos por barragem; Amazônia.

Abstract

The amazon has been experiencing an era of megaprojects and major infrastructure works, mainly in the energy sector. Such economic projects, however, do not Always act with the environmental responsibility that is expected of them. The hydroelectric dams in the Amazonian rivers have transformed the socio-environmental and socio-territorial dynamics of the region, directly and indirectly impacting the forest peoples. The proposed economic development for the region is led by the Federal and state governments and business associations. Because of their negative impacts on local populations and their authoritarian nature, they are strongly resisted by social movements. In this article we present the case of municipality of Ferreira Gomes. In the southeastern state of Amapá, where two hydroelectric plants are under construction, UHE Ferreira Gomes Hydroelectric Power Plant and UHE Cachoeira Caldeirão, whose works started in 2011 and 2013, respectively. In this article we analyze the social mobilizations engendered by the local population demanding that the business conglomerate responsible for the work and its effects, demanding repair to the damages resulting from the hydroelectric implementation process.

Keywords: UHE Ferreira Gomes; UHE Cachoeira Caldeirão; environmental transformations; affected by dam; Amazon.

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Do Amapá – UNIFAP.

Introdução

A Amazônia possui um grande potencial hidrelétrico, devido à enorme quantidade de rios existentes na região, se destacando no cenário mundial pela capacidade de geração de energia elétrica. O processo de desenvolvimento econômico da sociedade brasileira demanda por energia para atender as necessidades da produção industrial. O modelo de produção capitalista exige que haja subsídios estatais suficientes para que a atividade econômica se estabeleça. Nesse sentido, o governo brasileiro pretende expandir o sistema energético do país, objetivando a construção de diversas hidrelétricas na Amazônia (PAC 2 2009). Desde 1980 há um grande desejo por parte do Estado em efetivar a construção de várias barragens na região, o plano de desenvolvimento hidrelétrico para Amazônia tem origem no Plano 2010 (Brasil, Eletrobrás, 1987).

À primeira vista pode parecer uma forma não degradante e limpa de se produzir energia, mas a construção de hidrelétricas pode acarretar em grandes transformações à biodiversidade, bem como em violações aos direitos humanos das populações que são afetadas. De acordo com Philip Fearnside (2015) a construção das hidrelétricas na Amazônia provoca diversos impactos socioambientais aos povos da floresta, além de não haver um debate democrático sobre o uso da energia. A “ausência” de discussão sobre a implantação destes projetos junto às populações atingidas por barragem, seguido de políticas públicas de beneficiamento que muitas vezes não são cumpridas, são fatores que geram dúvidas sobre as consequências positivas das UHE.

No Amapá, no município de Ferreira Gomes, localizado na região sudeste do Estado, encontram-se três hidrelétricas: a de Coaracy Nunes inaugurada em 1975; a de Ferreira Gomes, cujas obras iniciaram-se em 2011; e a de Cachoeira Caldeirão, iniciada em 2013. Estes empreendimentos estão localizados na bacia do Rio Araguari, situados em áreas muito próximas fisicamente. A construção destas duas últimas visaram substituir a produção de energia das termoelétricas que foram responsáveis por grande parte da produção da energia conforme os dados da Eletronorte, citados por Campos (2015).

As comunidades do entorno das hidrelétricas em Ferreira Gomes estão expostas a diversos impactos socioambientais (MAB, 2014). Segundo o Governo do Estado e empreiteiras responsáveis pela construção, as usinas hidrelétricas irão beneficiar o estado do Amapá, pois com a produção de energia o estado passará a se consolidar como potência energética, incentivando a vinda de grandes projetos industriais, haja vista que um dos empecilhos para a

efetivação destes projetos é a falta de uma matriz energética que garanta a produção industrial (SIQUEIRA, 2015).

O presente estudo tem como objetivo analisar as transformações socioambientais enfrentadas pela população de Ferreira Gomes decorrentes das Hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, procurando evidenciar como a população atingida tem procurado construir os processos e conteúdos de resistência a estes impactos.

A pesquisa tem como metodologia a combinação de análise documental com pesquisa qualitativa. Foram analisados textos jornalísticos produzidos pela mídia comercial e também pela assim chamada imprensa militante, especialmente o site do Movimento dos Atingidos por Barragens, bem como consultas ao arquivo da Secretaria Do Estado De Meio Ambiente (SEMA) para a coleta de dados e informações EIA das Hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão.

A pesquisa qualitativa se realizou com observação no município de Ferreira Gomes, especialmente das áreas mais afetadas, e entrevistas com moradores locais e lideranças dos movimentos sociais. Para tanto, foram realizadas trabalhos de campo no município para uma observação geral sobre as áreas afetadas pelas hidrelétricas, levantamento fotográfico e, também, a realização das entrevistas com os atingidos pelas barragens.

O referencial teórico utilizado combina especialmente a teoria de sociedade de risco de Ulrich Beck (2010), com o direito à cidade de Henri Lefebvre (2001), e (des)envolvimento (2012) de Carlos Walter Porto Gonçalves, bem como outros teóricos das ciências humanas.

Produção de riscos e Direito à cidade

Nesta seção discutiremos duas proposições teóricas com as quais formaremos o quadro referencial de análise das transformações ocorrentes em Ferreira Gomes. São elas a noção de sociedade de risco e a noção de direito à cidade.

Ulrich Beck desenvolveu a noção de sociedade de risco. Neste estudo, Beck defende a ideia de que a modernidade passa por um momento de ruptura histórica. Segundo ele, vivemos um momento de transformação da sociedade industrial clássica, caracterizada pela produção e a distribuição de riquezas, para uma chamada sociedade industrial de risco ou modernidade

reflexiva, na qual a produção de riscos domina a lógica da produção de bens. A antiga lógica na sociedade é alterada e o que se observa não é mais a distribuição de riqueza, mas sim a distribuição de danos causados pelos riscos.

Para Beck, esta chamada sociedade de risco é caracterizada por gerar riscos a nível global. Nesse sentido, ninguém, nem pobres nem ricos, estariam totalmente imune às ameaças produzidas pelo progresso. Para o autor há uma “democratização” quanto aos riscos e seus efeitos, que são sentidos de igual forma, por todas as classes sociais. De acordo com Beck,

Contido na globalização, e ainda assim claramente distinto dela, há um padrão de distribuição dos riscos no qual se encontra um material politicamente explosivo: cedo ou tarde, eles alcançam inclusive aqueles que os produziram ou que lucraram com eles. Em sua disseminação, os riscos apresentam socialmente um efeito bumerangue: nem os ricos e poderosos estão seguros diante deles. (BECK, 2010, p. 44)

Estar em risco é uma característica da humanidade, pois, para Beck, dentro dessa nova lógica social, os riscos encontram-se em todas as esferas da vida humana e conforme for o processo de avanços científicos e tecnológicos alcançados, de igual modo são criados novos riscos tais como a crise ambiental, toxinas nos alimentos, ameaça nuclear e conflitos armados.

Na civilização avançada, que surgiu para abolir as destinações, para oferecer às pessoas possibilidades de escolha, para libertá-las de contrições naturais, acaba surgindo uma nova destinação, global, de alcance mundial, fundada na ameaça; destinação está diante da qual possibilidade de escolha individual dificilmente se sustenta, pela razão de que, no mundo industrial, os poluentes e venenos estão entrelaçados com a base natural, com consumação elementar da vida. (Id., Ibid., p. 49)

A sociedade atual ou a sociedade de risco a partir de sua nova configuração é uma fonte inesgotável de produção de riscos devido às consequências de seu modelo de produção material. Para Beck, os riscos produzidos pelos os avanços tecnológicos e degradação ambiental têm uma mobilidade intensa. As suas consequências não estão limitadas a uma determinada localização ou espaço geográfico. Os riscos não possuem fronteiras e podem ultrapassar o âmbito de onde foram gerados, bem como são imprevisíveis e incalculáveis, pois as ferramentas de avaliação de risco que se possui só permite verificar o risco sob a forma de probabilidade. Para Beck, “A produção industrial é acompanhada por um universalismo das ameaças, independente dos

lugares onde são produzidas: cadeias alimentares interligam cada um a praticamente todos os demais na face da Terra.” (op. cit., p. 43).

Beck salienta ainda que a ciência, Estado e mídia são responsáveis pela avaliação da natureza e impactos que uma dada ameaça pode gerar, no entanto, estas entidades mitigam as possíveis repercussões que podem causar as consequências dos riscos.

É precisamente com o avanço da sociedade de risco que se desenvolvem como decorrência as oposições entre aqueles que se desenvolvem como decorrência as oposições entre aqueles que são afetados pelos riscos e aqueles que lucram com eles. Da mesma forma, aumenta a importância social e política do conhecimento, e consequentemente do acesso aos meios de forjar o conhecimento (ciência e política) e disseminá-lo (meios de comunicação de massa). A sociedade de risco é, nesse sentido, também a sociedade da ciência, da mídia e da informação. Nela, escancaram-se assim novas oposições entre aqueles que produzem definições de risco e aqueles que a consomem. (Id., Ibid., p. 56)

A sociedade de risco de Ulrich Beck está presente na lógica de desenvolvimento econômico proposto para Amazônia com a construção de diversas hidrelétricas para a região. Os avanços das atividades econômicas transformam a dinâmica socioambiental dos povos da floresta sob a ótica do progresso. De acordo com Beck “Os conflitos que surgem em torno dos riscos da modernização inflamam-se a partir de causas sistemáticas congruentes com o motor do progresso e do lucro” (op. cit., p. 48). Nesse contexto, observa-se que o conceito de progresso ou crescimento econômico é estimulador no processo de criação de conflitos e riscos a sociedade. No município de Ferreira Gomes a construção das hidrelétricas Ferreira Gomes e Cachoeira caldeirão são submetidas a interesses correspondentes ao desenvolvimento local, nesse sentido, as UHE são entendidas pelo Estado e parte da sociedade sob a perspectiva do fomento de bem-estar social. Esta lógica da sociedade industrializada é um grande atrativo para as regiões menos desenvolvidas economicamente, do mesmo modo que é um atrativo para as empresas, pois nesta região as indústrias encontram condições favoráveis para sua produção. Beck diz:

Condições de produção favoráveis em termos de custo, imune às restrições legitimatórias, atraem os conglomerados industriais como imãs, e acabam vinculando-se ao interesse próprio dos países em superar a carência material e em alcançar a autonomia nacional numa combinação explosiva, no mais verdadeiro sentido da palavra: o diabo da fome é combatido com o belbezu da potenciação do risco. Indústrias de risco particularmente elevado são transferidas para os países pobres da

periferia. À pobreza do Terceiro Mundo soma-se o horror das impetuosas forças destrutivas da avançada indústria do risco. (Id., Ibid., , p. 51)

A intensa atração de empreendimentos econômicos de alto risco para a Amazônia é assim explicada de forma certa no contexto da sociedade de risco. As hidrelétricas no rio Araguari ocasionam dinâmicas conflitantes com a população local, e exemplificam uma indústria do risco no Amapá.

A teorização de Ulrich Beck já indica o vínculo entre risco e industrialização, a industrialização como um dos fatores eminentemente indutores do risco, especialmente nos países subdesenvolvidos. A industrialização também aparece como variável decisiva para compreensão do fenômeno urbano na sociologia de Henri Lefebvre (2001).

Lefebvre funda a necessidade para se refletir sobre a realidade urbana na modernidade de pensá-la como tendo como variável determinante fundamental a industrialização. Tal construto metodológico é igualmente aplicável para compreensão da realidade contemporânea do município de Ferreira Gomes.

Para apresentar e expor a 'problemática urbana', impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização. Sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade. Se distinguirmos o indutor e o induzido, pode-se dizer que o processo de industrialização é indutor e que se pode contar entre os induzidos os problemas relativos ao crescimento e à planificação, as questões referentes à cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana. (LEFEVBRE, op. cit., p. 11).

A criação de hidrelétricas é uma das formas singulares com que o processo geral de industrialização se realiza na Amazônia brasileira, e é a forma específica com que se realiza em Ferreira Gomes.

A singularidade da realidade social que é formada assim no município deve-se às especificidades das hidrelétricas como agente industrial e modificador do território.

Esta transformação imposta à medida em que desterritorializa populações locais e prejudica modos tradicionais de subsistência verte-se em destruturador do direito à cidade das populações locais. Por direito à cidade, entendemos com Lefebvre o direito

à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e

locais etc. [...]. A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) [...] (Lefebvre, [1968] 2001, p. 139).

com todas as especificidades que contêm o valor de uso tradicional que as populações locais atribuem ao seu espaço vivido, inclusive o urbano. As hidrelétricas, como manifestação da industrialização, aparecem assim como agente de risco e agente destruturador do direito à cidade no município.

O (des)envolvimento no processo de ocupação capitalista na Amazônia brasileira

O Brasil, é o país onde as marcas do colonialismo Europeu ainda se fazem presente e se reproduzem nas várias camadas sociais, também está inserido dentro de um processo no qual é acometido a formas de exploração econômica em face dos interesses do poder hegemônico.

Neste contexto, a Amazônia historicamente foi condicionada primeiramente aos anseios da política econômica imperialista – desde a chegada dos primeiros europeus, aqui aportados-. Posteriormente, grandes grupos capitalistas com apoio do estado brasileiro, apropriaram-se da região, consolidando uma política hegemônica de expropriação e subordinação da natureza e dos povos originários, ocasionando conflitos e a consequente violência social. Segundo Loureiro,

À medida que o conquistador, o explorador, o empresário ou o aventureiro – antigo ou recente – encontra os grupos sociais com quem disputa partes da natureza, trata de afastá-los de seu caminho pelos mais diferentes meios, já que os considera como obstáculos ao progresso material e à acumulação do capital. E nessa disputa **que** os grupos econômicos têm obtido mais apoios do Estado que os grupos subordinados, sejam eles do interior ou das cidades. (LOUREIRO, 2009, p. 46)

A ocupação da Amazônia desde do período colonial português se deu por várias razões, sobretudo por uma preocupação em garantir que a região não fosse invadida por outros países, nesse sentido, a coroa portuguesa procurou construir mecanismos de garantir a sua soberania na nova colônia: a construção de fortes e a autorização as Ordens Religiosas a conquistar as almas indígenas. É nesse processo que surgem os primeiros aldeamentos e o início da exploração dos recursos naturais por meio das “drogas do sertão”, o que garante ao Estado Colonial o seu domínio territorial. De acordo com Gonçalves,

Começa o devassamento da floresta em busca de especiarias (‘‘ drogas do sertão’’) destinadas ao mercado europeu. A riqueza da fauna e da flora, das florestas, dos rios dá ensejo a um diversificado sistema de caça, coleta e pesca capturado pela (e para a) administração colonial e pelas (e para as) ordens religiosas. Tem início o (des)envolvimento da Amazônia e uma valorização seletiva de seus recursos naturais, tendo em vista aqui em particular, as injunções do mercado europeu e, aqui em particular, as injunções estritamente políticas dos conflitos entre as diferentes potências coloniais para afirmar a dominação territorial da região. (GONÇALVES, 2012, p.81)

A ‘‘ organização’’ do espaço na Amazônia sofreu profundas mudanças. Antes destas ações os verdadeiros donos da terra se organizavam de acordo com os seus padrões culturais, no entanto, ao encontrar o Europeu - e a sua perversidade -, os povos nativos passaram a ter o seu modo de vida drasticamente afetado. A partir de 1750, há uma mudança no caráter de domínio colonial português, com as políticas implantadas no governo do primeiro-ministro Marquês de Pombal, sobretudo no que concerne a implantação de uma política mercantil; a expulsão dos jesuítas da região que resulta na exploração dos indígenas. Nesse sentido, se inicia um processo modernizador na região como, por exemplo, doação de terras, trabalho escravo, atividade agrícola e pecuária. Tais políticas fazem formar na região uma oligarquia latifundiária. Gonçalves nos diz que,

A atividade agrícola, sobretudo as lavouras de cacau, cana-de-açúcar e a pecuária ensejaram a conformação de uma oligarquia latifundiária que se tornará politicamente importante na configuração geográfica da Amazônia. Sua voz se fará sentir quando a reorganização da divisão internacional do trabalho, sobretudo após a Revolução Industrial, atinge a região com sua demanda por borracha. (GONÇALVES, 2012, p. 82)

Nos séculos XIX e XX a Amazônia passou por uma intensificação no processo de exploração da floresta, do solo e do subsolo. Também houve um aumento substancial de caráter demográfico, devido aos grandes deslocamentos de populações de outras regiões, sobretudo do nordeste brasileiro. Milhares de pessoas de outras regiões transitaram para a região amazônica para trabalhar na extração da borracha, este período é conhecido como o primeiro ciclo da borracha. Gonçalves nos relata que:

Nordestinos, sobretudo dos sertões do Ceará e do Rio Grande do Norte, tradicionalmente produtores de gado e de algodão, foram agenciados para se dirigirem para aquelas regiões, desde a crise ensejada pela retomada da produção de algodão norte-americana após o fim da Guerra Civil. Essa migração se tornará ainda mais intensa com as secas que atingem esses mesmos sertões no final da década de 1870.

Fala-se de 300 mil a 500 mil migrantes nordestinos para a Amazônia durante o período de 1860 a 1912. (GONÇALVES, 2012, p. 86)

O primeiro ciclo da borracha estava associada a nova etapa da Revolução Industrial, isto é, toda a produção gerada nos seringais eram utilizados na construção de máquinas, bem como na produção do automóvel, símbolo da produção capitalista. Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo pelo processo de exploração da borracha evidenciou uma das mais terríveis formas de opressão e exploração dos sujeitos sociais do seringueiro. Gonçalves afirma,

O termo “ inferno verde”, cunhado pelo escritor Alberto Rangel, não se referia aos tormentos de uma vida num ecossistema complexo e misterioso, como a floresta tropical úmida, mas sim à vida nos seringais, o verdadeiro inferno que enredava o cotidiano de exploração do seringueiro. (GONÇALVES, 2012, p.88)

Desse modo é possível identificar que, a partir dessa dinâmica de exploração da região, consolidaram-se as diversas políticas hegemônicas que atendem aos interesses dos grandes grupos capitalistas nacionais e internacionais. Política esta que se fortaleceu principalmente a partir de 1966 no governo federal por conta do golpe da ditadura militar – onde a intervenção do Estado garantiu o pacto entre o capital e propriedade da terra na região.

Projetos de estradas, polos industriais, mapeamento das matrizes energéticas e de mineração foram implantados em todos os estados que compõem a Amazônia brasileira. O momento definiu-se como período de estrangeirização das terras contradizendo o discurso nacionalista cunhado pelos ditadores. Este período teve um considerável aumento da população na região e, conseqüentemente, de infraestrutura. Dessa forma, estes fatos propiciaram diversos conflitos, principalmente no campo, tais como: atingidos por barragens, questão territorial indígena e quilombola e etc. Segundo Gonçalves,

Se antes o capital comercial, o regatão, por exemplo, convivia com o caboclo ribeirinho, com as diferentes comunidades indígenas ou com as populações remanescentes de quilombos, agora o capital financeiro e industrial irá disputar seus recursos naturais. No lugar de uma convivência pacífica, teremos as barragens dos rios que aprisionará suas forças, sua energia e, com isso, aumentará a capacidade desse novo capital transformar a natureza, tornando maior o seu potencial de apropriação de outros recursos naturais como a bauxita, o ferro, o caulim, o manganês, o ouro, ou de produção de celulose. (GONÇALVES, 2012, p.102)

Do primeiro padrão ao segundo padrão de organização socioespacial, destacados por Gonçalves (2012), o avanço das forças produtivas na transformação dos territórios teve nas políticas de Estado a criação do ambiente perfeito para o desenvolvimento das relações sociais de reprodução capitalista, até mesmo no tipo de migração e no impacto que ela causou nas populações originárias e camponesas, já existentes nesta região. Sob esse ponto de vista Gonçalves (2012) nos chama atenção aos contraditórios resultados ou conteúdos das propostas de desenvolvimento capitaneados pelos governos neoliberais e implementados pelas empresas multinacionais:

A relação da ecologia com a dimensão econômica quase sempre é tratada como se a lógica mercantil não fosse parte do problema. Discute-se muito o desenvolvimento sustentável e a proteção da natureza. Mas a própria palavra desenvolvimento pode ser desmembrada em des-envolvimento, o retirar o envolvimento. Então como pode haver mentalidade ecológica e desenvolvimento nesses termos? (GONÇALVES, 2012)

No contexto, a migração entre as regiões deixou de ser migração espontânea se tornando uma migração forçada, contrapondo o progresso/desenvolvimento a barbárie social acobertada pelos *slogans* “integrar para não entregar e “terras sem homens para homens sem terras”.

As transformações socioambientais desencadeadas pela construção das hidrelétricas no município de Ferreira Gomes

O município de Ferreira Gomes é situado na região sudeste do Estado do Amapá, distante 137 km da capital Macapá, e possui uma população aproximadamente de 6.141 habitantes. (IBGE 2010; 2012). As hidrelétricas UHE Ferreira Gomes Energia e UHE Cachoeira Caldeirão fazem parte do projeto do governo federal PAC 2, plano que tem como uma das metas expandir o sistema energético brasileiro. Segundo Siqueira, o desenvolvimento estrutural, isto é, econômico do Amapá requer condicionantes que atraiam o setor empresarial e, por conseguinte, integrar-se como potência econômica tanto a nível regional como nacional. Segundo Siqueira,

Desse modo, percebemos que o esforço dos governos em dotar o estado do Amapá de uma ampla base estrutural no setor energético, objetivou construir um território mais preparado a atrair investimentos e consequentemente ter maiores níveis de competitividade ao desenvolvimento regional e local, gerando melhoria nas condições econômicas e sociais. (SIQUEIRA, op. cit., p. 58).

Os grandes projetos do capitalismo na Amazônia são construídos em cidades cujo a necessidade de infraestrutura torna-se um elemento essencial no discurso de desenvolvimento e melhorias nas cidades e, conseqüentemente, na vida das populações. Este discurso constroem a esperança de uma realidade melhor, sobretudo quando se trata do programa de condicionantes e medidas compensatórias nos espaços que serão afetados pelos empreendimentos hidrelétricos. No entanto, posto em pratica, essas medidas compensatórias e condicionantes não são aplicadas de acordo com as necessidades reais das populações atingidas. Estes empreendimentos não reconhecem os danos causados as comunidades afetadas, o que acaba por ocasionar uma mudança profunda na dinâmica social e no próprio sentido de uso do território pelas comunidades originárias, além de conflitos violentos e a violação de direitos humanos. (MAB, 2010)

Segundo a lógica do progresso capitalista, a implantação desses empreendimentos vem aperfeiçoar a produção de energia no Amapá. Todavia, no caso das hidrelétricas, impactos não esperados advém. De acordo com Phillip Fearnside (2015) a construção de Barragens nos rios da Amazônia é sustentada pelo governo brasileiro sob a lógica do crescimento econômico do país, porém, o autor afirma que os

Impactos das barragens incluem efeitos sobre os povos indígenas, como a perda de peixes e de outros recursos dos rios. Impactos do reassentamento de pessoas urbanas e rurais representam uma concentração do custo humano desta forma de desenvolvimento. Isto também é verdade em relação aos impactos sobre os moradores a jusante, que perdem a subsistência baseada na pesca e agricultura na várzea. Impactos dos reservatórios sobre a saúde incluem a proliferação de insetos e a metilação de mercúrio (transformação deste metal na sua forma tóxica). A perda de vegetação pode ocorrer não só por causa da inundação direta, mas também pelo desmatamento por residentes deslocados pelo reservatório e por imigrantes e investidores atraídos para a área (inclusive pela construção de estradas até os locais das barragens), e o agronegócio viabilizado pelas hidrovias associadas às barragens. As barragens emitem gases de efeito estufa; o dióxido de carbono é emitido pela decomposição de árvores mortas por inundação e o óxido nítrico, e, especialmente, o metano são emitidos pela água nos reservatórios e da água que passa através das turbinas e vertedouros (FEARNSIDE, op. cit., p. 10)

No município de Ferreira Gomes o a experiência não foi diferente, antes da construção destes empreendimentos, a cidade já sofria com problemas de infraestrutura, bem como na ausência de programas de saúde, educação e o alto índice de desemprego, e teve a sua realidade agravada com a construção das hidrelétricas no rio Araguari, pois não criou-se mecanismos que atendessem todo o processo de viabilização desses grandes projetos hidrelétricos, resultando numa amplificação dos problemas de ordem social e estrutural que já eram enfrentados pelo

município. A esse respeito, Dona Hilda Dos Santos, moradora há mais de quarenta anos do município de Ferreira Gomes, relata que:

Quando eu cheguei aqui eram poucas casas e poucas pessoas, né, e era seguro, calminho. Agora não. Tá perigoso. As pessoas comentavam por ai que hidrelétricas vinham ai, né. Pra mim eles iam construir e ia ter serviço para os pessoal trabalharem, ne, como os meus filhos que lá trabalharam também, mas depois que construíram ai, ne, aí que deu essa cheia, e muito desemprego. A criminalidade aumentou e muito. Logo no inicio que a gente morava aqui, dormia até de porta aberta. Agora o roubo tá demais. Esses ladrão entram na casa da gente e leva tudo. Tá horrível aqui na Ferreira Gomes. (ENTREVISTADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2018)

O processo de Licenciamento Ambiental prévio da UHE Ferreira Gomes Energia foi expedido em 2010 e da UHE Cachoeira Caldeirão sendo expedida em abril de 2012 ambas emitidas pelo o Instituto de Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (Imap) e a Secretaria e Estado do Meio Ambiente do Amapá (sema). (BTG Pactual, 2014, pag. 03; ANNEL, 2012).

As transformações socioambientais decorrentes destes projetos hidrelétricos já são observadas e sentidas principalmente por quem mora na localidade. Grande parte das intervenções estruturais desenvolvidas em Ferreira Gomes propiciou impactos negativos ao município. De acordo com o portal de notícias G1 as hidrelétricas na bacia do Rio Araguari têm mudado a rotina dos moradores, segundo os relatos dos pescadores “ os empreendimentos causaram prejuízos e afetaram a rotina de quem depende do rio para sobreviver.” (G1, 19/02/2016). Desde 2014 são registradas mortes de diversas espécies de peixe no Araguari, afetando diretamente a população que tem como base de seu sustento a atividade pesqueira. O último caso foi registrado em 24 de janeiro de 2016. Segundo o relato do pescador Odiel Tavares Dos Reis (Cabeludo),

Nem a prefeitura, nem a empresa e nem ninguém não deu explicação sobre a mortandade. Porque a responsabilidade era da empresa e a própria empresa dizia que era falta de oxigênio, e dizia que os peixes entravam no vertedouro e lá não tinha oxigênio e eles acabavam morrendo. Aí morreu aquela grande quantidade de peixe. Mas teve pessoas que trabalharam la dentro das maquinas lá, teve pessoas que chegaram a afirmar que eram as lavagens que faziam nas máquinas, aí eles usavam produtos químicos que caiam na água, descia o rio junto com a agua e os peixes acabavam morrendo. Aí foi que aconteceu a grande mortandade de peixe. A primeira mortandade ainda pagaram uma indenização para duzentos setenta e um pescadores. Mas as outras mortandades até hoje não pagaram nada. Está sendo recorrido tudo no ministério público. (ENTREVISTADO EM 18 DE FEVEREIRO DE 2018)

Foto: Peixes encontrados mortos no Rio Araguari pelos pescadores do município de Ferreira Gomes.



Fonte: Moroni, presidente do MAB Amapá (Janeiro/2016)

Segundo o laudo do Instituto de Meio Ambiente do Amapá (Imap), “as mortandades de peixes foram resultados de uma supersaturação da água provocada pela hidrelétrica”. (G1, 05/02/2016).

No dia 12/05/2016 os pescadores atingidos pela barragem fizeram um ato em frente à sede do Ministério Público Federal, AP, uma das principais reivindicações era a postura do instituto de Meio Ambiente do Amapá (Imap) em não chamar a comunidade para dialogar sobre a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental (Taca) junto à hidrelétrica Cachoeira Caldeirão. De acordo com Moroni Pascale Bemuyal Guimarães, atingido por barragem no município de Ferreira Gomes e presidente da Associação dos Atingidos por Barragem (Atinba) e do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB),

O que prevalece é o capital. Então houveram reuniões com os governantes, né, tanto a estadual como a municipal. Mas a comunidade sempre é a última a ser ouvida. E ouvida entre aspas, porque quando tem audiência pública, porque é obrigado ter audiência pública, o tempo menor que tem é o da comunidade de manifestar. Então todas essas decisões, já vem de cima pra baixo. Foram três audiências, uma em Ferreira Gomes, uma em Porto Grande e uma em Macapá, antes da construção do empreendimento. Sendo que nós brigamos para que tivesse uma em Cutias do Araguari, no baixo Araguari, porque sabíamos que tinha atingidos. Parece que

aconteceu essa audiência também, mas depois da gente ter solicitado. Quem fez o estudo todo foi a Odebrecht, então foi ela que fez o estudo. Mas parece me que ela perdeu a concorrência, ne, então a Ferreira Gomes energia que é a ALUPAR, comprou o estudo da Odebrecht e construiu essa barragem em Ferreira Gomes. Então a comunidade nunca foi ouvida. Sabemos e temos conhecimento que a empresa, a própria Odebrecht, levou prefeito, presidente da câmara, para conhecer o empreendimento fora do Estado, em outros lugares, ne. Sabemos que teve as autoridade, tanto da magistratura quanto do governo do estado que foram visitar o empreendimento. Tudo antes. E o último é o povo a ser ouvido. Já está decidido, Não tem nada a fazer. Agora tudo com mentira, com a promessa de desenvolvimento para a região, empregos, melhor qualidade de vida, energia de qualidade e limpa, quando na verdade tudo isso foi balela, não veio acontecer nada, hoje tá um caos no município de Ferreira Gomes e Porto Grande. E é isso que estamos denunciando e cobrando as compensações que não foram feitas e tem muita coisa. (ENTREVISTADO 19 DE FEVEREIRO DE 2018)

O debate democrático acerca da efetivação de grandes projetos em pequenas cidades da Amazônia é impedido pelo agente industrializador, com a justificativa do progresso e do interesse público, levando a consequência dos munícipes não serem convidados a participarem de decisões acerca da viabilidade destes projetos em audiências públicas e, quando, se fazem presente, poucos são ouvidos, principalmente sobre os programas de condicionantes. (Phillip Fearnside 2015). Segundo o pescador Odiel Tavares Dos Reis, quando ouve as audiências públicas, ficou acordado que seriam criado programas com medidas compensatórias aos trabalhadores da pesca, sendo otimizado a sua estrutura da Colônia De Pescadores (Associação de pescadores de Ferreira Gomes), porém até o momento não foi concretizado todas as medidas, o que vem dificultando ainda mais a atividade pesqueira.

Então pra gente fazer uma pescaria a gente tem que pagar sessenta, oitenta, depende da distância para o frete, tem que pagar setenta, oitenta de gelo, depende de quanto de gelo eu vou levar. Então eu tenho que fazer uma pescaria, pra tirar uma quantia pra eu pagar o que eu devo, eu vou mas já vou devendo, e tirar o meu lucro para eu manter a minha família. Então até hoje nem a empresa, nem a prefeitura e nem nada tem dado um subsídio, um apoio, a própria empresa tem condições de olhar que os pescadores precisam de um transporte para ir pescar. Então a própria empresa poderia ajudar, “ olha a colônia está precisando de um transporte, então a hora que vocês quiserem vamos liberar o carro pra levar vocês até a pecaria, pra tirar a gente daquela dívida”. Apoio pra pescaria, pra eu ir pescar, por exemplo, se eu for na colônia e perguntar pro presidente me dê uma ajuda, não tem, a colônia não tem. O que a colônia tem é algumas coisas que a empresa deu depois da enchente que teve e ficou no TAC, ne, que foi prometido fazer, foi uma fábrica de gelo, o trapiche do pescador. Outra coisa muito importante e que era de extrema necessidade que a empresa prometeu era abrir um ramal pra gente ter acesso dentro do lago e fazer um alojamento lá dentro do reservatório pra gente. Só tem o ramal antigo que a gente utiliza, mas um feito pela empresa não tem. Aí então ela prometeu abrir um ramal, fazer um alojamento lá dentro do lago pra gente for daqui e ficar hospedado, como se fosse uma barraquinha, ou um prédio pequeno, mas não com aquele luxo, mas sim uma cabana boa pra gente deixar o material da gente lá. Agora de inverno se eu for que tá liberado o tucunaré, o pescada, filhote, dourada, tudo isso é liberado agora no defeso. Se eu for pescar agora

eu tenho que levar a minha lona, o meu encerado pra fazer a minha barracquinha pra mim ficar escondido da chuva. E isso é um suporte que a empresa prometeu de fazer com urgência e até hoje não cumpriu. Aí fica complicado. Pra inteirar mais ainda, dizer a verdade, que a empresa nunca ajudou desde da implantação da ensecadeira e até agora que ela tá gerando energia ela não ajudou nada, nada. A fábrica de gelo está fechada até hoje, terminaram mas ela não está gerando gelo, os box que foi feito pra vender peixe pros pessoal daqui vender por que não tem feira em Ferreira Gomes, tá tudo danificado, quebrado e espcado lá que a empresa fez, não entregou, não sei o que foi que aconteceu, isso é só o ministério público que sabe de tudo e o trapiche estão concluindo, a gente não está utilizando porque está em obra e o que ela fez mesmo por nós hoje mesmo não foi nada, pela classe de pescadores não fez nada. Para o pescador não fez nada, fez foi é dificultar desde o começo e agora piorou cada vez mais. A empresa não deixam nem a gente pescar na área de reservatório, então somos proibidos de pescar e ainda chamam a polícia para tirar nós do local. E até hoje não foi posto em pratica o PAQUERA que é o plano de uso dos reservatórios de maneira sustentável pela comunidade, nunca foi feito. Então a gente tem de pescar escondido, mas quando eles nos intimidam temos de sair de lá do reservatório. A gente respeita os quinhentos metros de distância da hidrelétrica, mas eles vão la impedir a gente. (ENTREVISTADO 18 FEVEREIRO DE 2018).

Foto: Muro de arrimo do Município de Ferreira Gomes, ao fundo UHE Ferreira Gomes, no rio Araguari.



Fonte: AGUIAR, Danilo (Fevereiro/2018)

As hidrelétricas no rio Araguari, em Ferreira Gomes, são responsáveis por várias e intensas mudanças no modo de vida dos que vivem do rio, sendo atingidos de maneira profunda e marcada pelo risco de não poder mais subsistir no local onde aprenderam desde gerações anteriores a sobreviver. Conforme Lefebvre, a industrialização é o fator principal no processo de desterritorialização das comunidades atingidas, gerando a ausência de acesso à cidade, no

caso de Ferreira Gomes, os atingidos não possuem mais direito de acesso ao uso do rio. Outra pescadora dona Angelita Barbosa Ramos pescadora de 60 anos, moradora da comunidade paredão que fica distante dez quilômetros do perímetro urbano da cidade Ferreira Gomes, comunidade esta que fica entre duas barragens, Cachoeira Caldeirão e Coracy Nunes relata que:

Olha mano, eu não estou bem certo porquê eu não sei ler, mas quando eu mesmo cheguei a saber que iam fazer essas barragens, já estavam construindo, nunca chamaram ninguém daqui da comunidade, que eu saiba ninguém pra uma reunião. Hoje tá difícil. Daqui uns dias a gente não sobrevive mais. Eles ficaram rico e a gente cada vez mais pobre. Se a gente soubesse que ia dá nisso, a gente tinha se reunido e impedido. Quando construíram a Coracy Nunes a gente não sentiu muita diferença no rio, todo lugar que a gente ia, tinha peixe com abundância. Depois que construíram as duas a Ferreira Gomes energia e a Cachoeira Caldeirão, acabou tudo. O peixe que tinha ela matou. E vem matando abaixo da comunidade. A Coracy Nunes só tem um defeito é que ela já tá aqui quarenta e poucos anos e não nos ajudou em nada. O pessoal pra arrumarem um emprego aí tem que arrumar uma briga pra empregarem um. Então não tem condição. Eu vi que o rio não era o mesmo quando teve a primeira mortandade de peixe. Eu fiquei doidinha, porque é dali que eu tiro o sustento pra comprar o material da escola do meu filho, o meu café, o meu almoço, o meu açúcar, o meu sabão e quando eu vi aquilo perdi as esperanças. Eu moro há mais de quarenta anos aqui no paredão, nasci e me criei aqui. Sou pescadora eu acho desde quando eu nasci, porquê o meu pai era pescador e a gente continuou na profissão. Meu pai morreu e a gente ficou pescando, vivendo dessa vida. Antes, quando eu cheguei aqui nesse paredão com treze anos, na época que eu entrei aqui no paredão, meus filhos são todos daqui. Olha hoje não tá dando pra viver mais. A gente pega, não deixa de pegar peixe, pra tu almoçar, pra tu jantar, mas pra viver como a gente vivia antes, não dá. Antigamente dava. Eu saía aí pro lago e passava dois dias e trazia duzentos, trezentos quilos de peixes e hoje eu não chego com dez. Meus filhos são todos pescadores, a gente tenta pescar tanto em cima como abaixo das três barragens. Hoje não dá nem pra ficar uma semana pescando, talvez numa semana você consegue dez quilos. O linhão passa aqui na frente de casa das três hidrelétricas e me cobram um absurdo de energia. Fica difícil eu pagar, em casa só tem dois bicos de luz e uma geladeira pra colocar o peixe. Antes o talão de luz vinha de cinquenta e eu pagava, agora só vem de duzentos, chegou a vim até um de mil e quinhentos. Não tive mais condição de pagar. Se eu fosse tirar cinquenta reais pra pagar os meu filhos iam ficar com fome. Eu já preciso pra comprar um caderno, um lápis, o governo não dá nada. A situação tá difícil, não tem condição de sobreviver. A gente vive porquê a gente é teimoso. (ENTREVISTADO 19 DE FEVEREIRO DE 2018).

Conforme o conceito sociedade de risco de Beck verificasse que o contexto de vida da população de Ferreira Gomes vem sendo alterada e sendo postas em ameaças de risco. A construção das barragens nos rio Araguari propiciou um número elevado de riscos as populações atingidas, sejam elas de ordem direta ou indireta, principalmente no seu processo de reprodução no modo vida e na conseqüente fragilização dos laços com a natureza construídos por estas ao longo do processo histórico, além de riscos produzidos em potencial escala à vida destas populações, como por exemplo, a enchente ocasionada pela hidrelétrica Cachoeira Caldeirão. No dia 07 de maio de 2015 “a cidade foi inundada após a liberação de um volume

de água pela usina hidrelétrica cachoeira caldeirão. Mais de 1,4 mil pessoas foram atingidas pela enchente.” (G1. 27/05/2015). A pescadora Angelita Barbosa Ramos denúncia ao dizer:

Ninguém veio ajudar a gente. O pessoal do MAB que estendeu a mão pra gente. E até hoje nada. Já brigamos tanto e hoje nada. Quando teve a enchente da usina o meu matéria foi todo destruído, eu fui no meu terreno de meio dia a água tinha levado tudo. Carregou o trapiche com tudinho. Eu tava com trezentos metros de malhadeira em cima do trapiche, com a minha embarcação que eu vinha por terra e as vezes quando a gente ia passar pra pescar na Eletronorte eles reinam pra não deixar a gente passar pela guarita, um portão de ferro. Aí eles reinam pra gente não passar, aí a gente tem que rodar pra passar pra ir pescar. E era um transporte que era nosso, era liberado antes de construir essa miséria aí. A gente passava direto sem dá adeus pra ninguém, era um porto nosso. E até hoje eu não tive recompensa de nadinha. (ENTREVISTADO 18 DE FEVEREIRO DE 2018)

Observa-se que, com o processo de efetivação da industrialização no município de Ferreira gomes, através dos grandes projetos capitaneados pelos grupos hegemônicos do capital nacional e internacional, evidenciou-se uma gama de incidentes, que passaram a fazer parte do cotidiano de centenas de pessoas, originando medo, lamento e dor. Além de ser um desestruturador do direito à cidade, principalmente no uso do território, tanto no aspecto econômico quanto cultural pelas populações atingidas. A interação com espaço é modificada, isto é, alterada em detrimento aos valores de identidade constituídos ao longo do tempo pelos grupos originários. A pescadora Angelita Barbosa Ramos relata ainda o seu sentimento de dor e revolta ao não poder mais viver do rio, além de não possuir recursos para sustentar a sua família, chegando a extrema condição de miséria e fome.

O sentimento que eu tenho é de tristeza, porquê antes eu vivia parece cristão, hoje na minha casa eu não tenho uma xicara de café se quer pra beber, eu amanheço o dia eu tenho que colher uma folha de planta pra fazer um chá pra dá de beber pros meus filhos e netos. É bom que ainda tem um quilo de açúcar, e se não tivesse? Isso porque eu ganho uma bolsa de cento e vinte reais, dessa moleca que estuda, meu marido é desempregado, o nosso ramo de vida era esse marisco, e hoje não dá mais. Não tenho expectativa de que isso vai mudar. Eu queria no momento que acontecesse é que a gente parasse de sofrer. Tivesse um emprego, uma coisa que desse pra gente se manter, pro jeito que tá não tem condição, a situação está difícil. Não é só eu não, são muitos pescadores. Eu ainda tenho o que lambiscar com os meus filhos, mas têm outros que não tem o que dá na boca dos filhos, que mora na beira desse rio aí. Tu bota dez metros de malhadeira se tu tirar dez peixes, tu tá tirando muito, e antes tu colocava dez metros de malhadeira tu não carregava de tanto peixe. E hoje não tem essa condição. Se tu não tiver um pouquinho de farinha pra fazer um chibé pra dá pra um filho, ele vai morrer de fome. (ENTREVISTADO 18 DE FEVEREIRO DE 2018)

Quando perguntado a ela o significado do rio, Angelita Barbosa Ramos de maneira enfática externa:

Era a minha vida e de muitos pescadores. Era nossa vida, nosso ramo de sobrevivência, hoje é mais nada. E ele deveria pertencer a nós. Ele devia pertencer a todos nós como era antes de aparecer essas usinas. Hoje em dia já não é mais nosso, hoje não somos donos de nada, até as nossas casas eles querem vender com nós tudo dentro. Ninguém é mais dono de ninguém. Hoje tem acontecido muito roubo, morte, porque esses jovens não tiveram oportunidade de estudar. Hoje você já não dorme mais tranquilo em sua casa, a pessoa não tem o que comer então eles vão roubar, vão roubar, vão matar. (ENTREVISTADO 18 DE FEVEREIRO DE 2018).

Foto: Angelita Barbosa Ramos, pescadora da comunidade Paredão.



Fonte: AGUIAR, Danilo (Fevereiro/2018)

Verifica-se um profundo impacto no uso do território no sentido de produção econômica, bem como no crescimento de mazelas, tais como a violência. A situação se agrava quando há a diminuição do pescado e a conseqüente queda do interesse do consumidor em comprar o pescado, devido a crença de que os peixes estariam envenenados. Outro fator relevante para a queda de consumo do pescado é saída das empreiteiras do município. Odiel Tavares Dos Reis comenta sobre a venda do pescado:

Logo quando a empresa começou aqui, que tinha muito funcionário trabalhando, a gente vendia bem peixe, bem peixe mesmo. Mas depois que ela começou a acabar os serviços e levar as empreiteiras e ir embora, aí dificultou pra caramba e inclusive agora. Agora que ela só tem o número de funcionários necessários. Agora que complicou totalmente. O peixe que a gente pega, que a gente vai pro rio e pega, a gente fica de oito horas da manhã, ali na rua Tiradentes, vendendo peixe, a gente fica até meio dia, têm dias que a gente não vende nem três, quatros quilos de peixe. Principalmente no meio do mês, que no começo que tem o negócio do dinheiro da prefeitura, aposentado, é que dá uma melhoradazinha que a gente vende um peixe, mas dizendo assim que no meio do mês a gente não tem lucro bom. Quando não vende a gente leva pra casa, aí fica comprando gelo pra manter o peixe, pra vender no outro dia, aí não vende tudo, a vida do dinheiro da venda do peixe hoje mesmo se eu tivesse outra profissão já tinha largado já, que pra mim não dava mais não. Antes da hidrelétrica chegar a gente não ia tão longe. A gente pegava a canoa daqui do porto da beira do rio, que era a casa onde eu morava, subia a ponte, após a ponte a gente já ficava nesse meio pescando, daí a gente já voltava porque tinha muito peixe. Agora depois que ela foi concluída, feita, aí começou a mortandade de peixe, hoje em dia se tu for pescar aqui rio abaixo, quando tu pega é só a boia, como diz o pessoal, só almoço ou a janta. Aí tu diz que vai pescar rio abaixo pra eu vender um peixe amanhã pra comprar um frango, uma carne, pra eu pegar um dinheiro pra pagar um marreteiro ou uma despesa, não pega. Não pega de jeito nenhum. O que acontece? Acontece que a gente tem que enfrentar toda essa dificuldade pra pescar dentro do reservatório, e o peixe que ficou rio acima, ficou até difícil de capturar, porque o rio era de uma largura, depois que ficou fechado ficou extenso, grande demais. Agora a gente não sabe por onde o peixe fica, por onde concentra, que ficou grande demais, e a gente passa três, quatro dias pescando. Hoje depois que concluiu a obra pra pegar um pacu é a coisa mais difícil que tem. Tem uma espécie chamada de pacu que eu acho que essa foi extinta. Teve alguns peixes que eles sofreram mutação, devido eles estarem acostumado num ambiente, agua todo tempo corrente e a agua parou. O peixe sente a mudança. Então ficou muito difícil porquê após a mortandade de peixe que teve, aqui no rio abaixo a gente não sustenta família, nem paga conta, não compra moveis bons, não compra uma coisa boa. (ENTREVISTADO 19 DE FEVEREIRO DE 2018).

O agente industrializador como fenômeno destruturador do direto à cidade em Ferreira Gomes torna-se latente a partir do ponto de vista do Estado e empresas, no entanto, quando observado de perto e ouvida as populações atingidas fica evidente a condição de vulnerabilidade e de abandono que as mesmas se encontram. A ausência de mecanismos de solidariedade e acompanhamento dos órgãos oficiais do governo estadual e federal aos acontecimentos em Ferreira Gomes é tratado como algo comum pelos atingidos. O sentimento de se sentir enganado com os programas compensatórios prometido à época antes da construção das barragens, resultaram numa descrença de perspectivas positivas à alguns dos atingidos, como o pescador Odiel Tavares Dos Reis.

Os pescadores estão desacreditados porquê a empresa chegou e prometeu pra nós Deus e o mundo, e nós, uma colônia pequena de pescadores, sem apoio de prefeitura, sem apoio de governo algum, a empresa veio e prometeu um bocado de coisas pra nós e que a gente ia ter apoio deles, ia facilitar a nossa pescaria, ia dá suporte pra gente melhorar nossa vida, ia fazer galpão pra gente vender peixe, ia fazer alojamento pra gente pescar la em cima, ia fazer ramal, prometeram tanta coisa que a gente achava que aquilo ia dá certo e todos disseram sim. A gente pensava que ia ser bom pra gente, ia melhorar a nossa vida. A empresa na audiência pública prometeu comprar cem

tanques de rede, comprar a primeira safra de alevinos, comprar a ração, colocar todos os tanques na água, tudo ok pra entregar pra gente. Pronto pra gente vender, e ser autônomos. Nós aceitamos. A gente pensou que iria melhorar de vida porque a empresa estava dizendo que ia dar tudo. Vai entregar os tanques pronto. A primeira safra de peixe pronto pra gente vender. E o lucro íamos dividir entre os sócios. Vai melhorar, a gente pensou. E o que aconteceu? A empresa chegou e disse tá aqui os cem tanques de rede, nós cumprimos o TAC. Ela cumpriu. Pegou, comprou e pagou os cem tanques. Mas a fábrica de ração, a ração, os alevinos, o lugar para colocar isso tudo ficou fora do TAC. Aonde vamos colocar esses tanques, aonde vamos conseguir dinheiro pra mandar colocar esses tanques. Como vamos ter essa condição se a empresa prometeu dá todo o suporte e chega na hora só dá os cem tanques que tava no TAC. Eles enganaram a gente. Nós fomos enganados por eles. Eles prometeram uma coisa e quando tava todo o documento assinado e que foi dado atenção já não tinha mais jeito. Se a gente pudesse voltar atrás e eles perguntassem o que a gente queria, a gente iria responder numa só voz pra eles pagarem um salário mínimo pra nós pelo resto da vida, pra cada pescador, aí sim todo mundo ia aceitar. Porque todo o mês a gente saberia que teria alguma renda pra se sustentar. Porquê o que eles prometeram cumpriram, mas enganaram a gente. Nós fomos enganados, nós fomos traídos por eles, não só nos tanques, como na fábrica de gelo, como nos box de peixes pra vender, como no ramal que eles prometeram, iam fazer ramal pra gente pescar lá em cima, não tem ramal, não tem alojamento, nós fomos enganados. E essa é a minha tristeza que eu tenho. Fomo enganados. É por isso que eu digo que ela veio prometendo Deus e o mundo, depois que ela viu que tava nos TACs, tudo assinado, tudo liberado diante do Imap, Sema e de todos os órgãos, aí que eles começaram a modificar tudo que a gente havia planejado. E hoje quem sofre somos nós. Essas obras não fizeram nada pelo município. Só fizeram prejudicar a vida de muitas pessoas. (ENTREVISTADO 19 DE FEVEREIRO DE 2018).

Fotos 01, 02 e 03: Feira do pescado em Ferreira Gomes, feita a partir do programa de condicionantes. Nunca foi inaugurado.



Fonte: AGUIAR, Danilo (Fevereiro/2018)

Os moradores atingidos relatam a ausência do poder público em discutir as transformações presentes na vida das populações em Ferreira Gomes, e os impactos diretos e indiretos estão presentes na dinâmica socioambiental de Ferreira Gomes.

Os impactos indiretos podem ser iguais ou mais graves do que os diretos, por estarem ligados a fatores culturais e psicológicos, que em alguns casos não aparecem citados no EIA dos empreendimentos por possuírem grande potencial, podendo interferir no andamento ou até mesmo embargo das atividades. Isto agrava ainda mais os problemas enfrentados pelas comunidades atingidas culminando em conflitos, tensões, stress, depressão, dentre outros. (PEREIRA, 2014, p. 144).

A atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens na Amazônia

O Movimento dos Atingidos por barragens surgiu na década de 1970 em resposta a construção dos empreendimentos hidrelétricos na região do Alto Uruguai. A organização através dos atingidos – agricultores em sua maioria – e com apoio da Comissão da Pastoral da Terra dando origem a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens CRAB (MAB, 2011).

Foi o início da reação aos impactos provocados pelo financiamento do Estado para a construção de usinas hidrelétricas. O movimento social logo se expandiu devido à política do Estado brasileiro em fomentar a produção de energia por meio de UHE's. Nesse sentido, a partir de 1986 foram realizadas assembleias, encontros e congressos pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, tendo como principal demanda a construção de uma política nacional de direitos dos atingidos. Segundo Gonçalves,

As populações se colocam aqui claramente como atingidas, ou seja, exatamente como aqueles que não foram destinatários da ação do Estado, ao contrário, foram atingidos pela ação deste. No entanto, ao se constituírem como movimento dos atingidos por barragens colocam-se como sujeitos, que por sua própria ação, desejam ser protagonistas de suas vidas. (GONCALVES, 2012, p.159)

Portanto, Gonçalves (2012) deixa claro que é necessário apontar que os atingidos por barragens tenham os seus direitos reconhecidos e legitimados, uma vez que os mesmos foram vitimados pela própria ação do Estado, isto é, aquele que foi constituído para resguardar os direitos sociais é o mesmo que os retira.

A região amazônica, no Brasil, é um cenário que possui atuação de destaque do Movimento Nacional Dos atingidos por Barragens, principalmente nos últimos anos quando se tornou mais intensa a intervenção do Estado brasileiro alinhado aos interesses dos grandes grupos financeiros nacionais e internacionais na construção de megaprojetos de infraestrutura. Estes grupos hegemônicos defendem o processo de implantação de um modelo de desenvolvimento para a região a partir da lógica do “progresso”, “desenvolvimento” ou aceleração do crescimento. Gonçalves afirma que,

No Brasil, apesar do enorme potencial hidroenergético existente em todo o país, se olharmos na perspectiva de construção de micro, pequenas e médias barragens, forjou-se quase um consenso de que havia esgotado o potencial energético nas demais regiões e que a Amazônia se apresentava aqui como a “última fronteira”. Por trás desse discurso, sem dúvida, as grandes empresas de construção civil que, desde o governo JK, se encastelaram no âmago do aparelho do Estado brasileiro fazendo coincidir os seus interesses particulares na construção de grandes obras com os interesses nacionais. (GONÇALVES, 2012, p.160)

No entanto, O Movimento dos Atingidos por Barragens vem atuando no sentido de denunciar para a sociedade brasileira e mundial a lógica perversa desse modelo de desenvolvimento para a região, bem como em garantir o protagonismo dos sujeitos sociais atingidos. Desta feita o MAB afirma:

A diversidade de impactos na região Amazônica, bem como as distâncias entre as regiões, colocam diversos desafios à articulação e à organização dos sujeitos para a defesa e promoção dos direitos humanos. Dessa forma, o MAB tem atuado junto com outras organizações da região de forma a se contrapor a esse modelo implementado, na denúncia da violação de direitos humanos, dos impactos sociais e ambientais, na organização das famílias na defesa de seus territórios, na implementação de práticas sustentáveis no uso dos recursos naturais, na formação e informação com a sociedade, a fim de construirmos coletivamente, mecanismos de ação e defesa dessa grande riqueza natural. (MAB 2017)

O MAB revela uma forte atuação contra os grandes empreendimentos na Amazônia brasileira, centrados pela demanda de um estado democrático no qual as populações atingidas sejam ouvidas e, também, na qual haja a valorização e o respeito à diversidade cultural, elemento este fundamental para a concretização de uma sociedade democrática e, conseqüentemente, esta luta faz frente em garantir justiça social, autonomia ao externar o caráter do Estado brasileiro usurpado pelo poder econômico. O número de empreendimento desse porte explicam a insurgência dos sujeitos sociais historicamente:

De acordo com pesquisa publicada pela revista Nature, há mais de 500 barragens previstas para a bacia Amazônica. O efeito dessas obras, das quais 140 já estão construídas, tem potencial desastroso ao ecossistema, ao alterar o regime de sedimentação do rio Amazonas. Na última década, a Amazônia brasileira voltou a ser cenário da construção de grandes hidrelétricas, a exemplo do que aconteceu na época da ditadura. As novas barragens da Amazônia - Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, Belo Monte, no Pará, Teles Pires e São Manuel, no Mato Grosso - repetem o mesmo modo autoritário de construção de suas predecessoras Tucuruí (PA), Balbina (AM) e Samuel (RO). Todas elas são exemplos de destruição ambiental e violação aos direitos humanos. (MAB 2018)

O número de atingidos não reconhecidos pelas empresas e pelo Estado brasileiro também é assustador, conforme nos mostra os exemplos desses impactos no rio Xingu e no rio Tapajós. O MAB tem cumprindo um importante papel denunciando esses empreendimentos:

O exemplo de quão desastrosa pode ser a construção de uma barragem é a hidrelétrica de Belo Monte, construída no rio Xingu. Após décadas de resistência, a hidrelétrica foi construída e está em operação, deixando um rastro de violações de direitos humanos, reconhecidas pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, que esteve em missão duas vezes na região. As condicionantes para o funcionamento da barragem não acompanharam o ritmo da obra. O saneamento, previsto para ser concluído em 2011, até hoje está sendo implementado. Daqueles que foram atingidos, mais de 50 mil pessoas, os processos acumulados pela defensoria pública da união ultrapassaram 2 mil. Ainda há cerca de 500 famílias atingidas não reconhecidas como tal, vivendo em situação precária. Além disso, Belo Monte transformou a pequena cidade de Altamira no município mais violento do Brasil. A mesma região é foco de cobiça da empresa canadense Belo Sun Mining. A empresa quer retirar 108 toneladas do minério e lucrar R\$ 3,3 bilhões em 17 anos, no maior projeto de extração de ouro a céu aberto do Brasil. A obra impactará a Volta Grande do Xingu, 100 km de rio do qual até 80% da água foi desviada para alimentar as turbinas da hidrelétrica de Belo Monte. A empresa obteve a licença de instalação neste ano e já comete irregularidades: proibiu os garimpeiros tradicionais, presentes na região há mais de 40 anos, de exercer sua atividade, e, segundo denúncias do próprio Incra, está comprando terras destinadas à reforma agrária no local. A Belo Sun também não considerou em seu estudo o impacto sobre os povos indígenas vizinhos à obra, das etnias Arara e Juruna. A próxima fronteira desses grandes projetos é a região do Tapajós, uma das mais preservadas da Amazônia, para onde estão previstas 40 hidrelétricas. No ano passado, a maior delas, São Luiz do Tapajós, com 8.040 MW de potência, teve seu licenciamento cancelado. (MAB 2017)

O tempo da natureza e o tempo das técnicas contrapõe-se produzindo nessa relação uma sociedade onde parte dela está condenada, onde uma das classes que a constituem encobre os verdadeiros riscos desse projeto de desenvolvimento: a desterritorialização das massas sociais e o profundo desequilíbrio ecológico.

Além do MAB, a Comissão Pastoral da Terra – CPT tem exercido um importante papel na denúncia dos conflitos por água. Desde de 2004, os agentes de pastoral localizados no

estados brasileiros tem registrado e denunciado tais conflitos, tanto na publicação do Caderno de Conflitos no Campo, quanto na denúncia por meio da mídia alternativa. Esses dados nos permitem construir reflexões acerca dos processos desencadeadores dos conflitos e dos sujeitos sociais neles envolvidos.

Organização dos atingidos por barragens no município de Ferreira Gomes

Numa sociedade democrática o movimento social existe com a finalidade de reverter situações de injustiça social, de garantir direitos de cidadania ou de provocar transformações sociais, nesse sentido, a mobilização social é de suma importância, pois é uma ferramenta histórica de luta de grupos oprimidos pelo poder hegemônico. A sociedade vem sofrendo constantes mudanças em sua estrutura sociopolítica, com efeito, verificam-se nesses acontecimentos fenômenos alarmantes de desigualdade social, preconceito racial, o não direito ao modo tradicional de vida e a diminuição dos direitos básicos de cidadania das populações menos favorecidas. Conforme Loureiro,

Na medida em que os movimentos sociais organizados enfrentam o Estado e os grupos dominantes da sociedade dentro do campo político – e através deles, o modelo hegemônico – colocam em cheque os posicionamentos discriminatórios do Estado, o modelo que o Estado personifica e os grupos no poder que dele se beneficiam. E os obrigam com frequência a conciliar, a ceder e a redefinir suas ações, enxergando os grupos mobilizados. E estes forçam a mudança da realidade. (LOUREIRO, 2001, p. 194)

Neste contexto, os movimentos sociais tornam-se uma forma real de organização e ação coletiva no sentido de questionar e reivindicar o poder econômico e político visando garantir direitos ou de propor transformações positivas na sociedade. O Movimento dos Atingidos por Barragens, no Amapá, surge a partir da necessidade de se organizar e reagir aos impactos provocados pelas hidrelétricas no rio Araguari. Desde de 2010 há uma grande mobilização por parte dos atingidos, e alguns avanços no sentido de organização, o que tem gerado de forma ainda que ínfima uma resposta positiva por parte do poder público na visão do coordenador do MAB. De acordo com Moroni Pascale Bemuyal Guimarães,

A nossa luta contra as barragens é desde de 2010. Desde quando começou as audiências públicas. Então começamos a nos organizar e já éramos contra o empreendimento porque sabemos o impacto que causa, principalmente pro município de Ferreira Gomes, que o foco principal era o turismo. Fica a quinhentos metros de distância a hidrelétrica Ferreira Gomes Energia. E já tínhamos experiência da Coracy Nunes, que é a do Paredão, construída em 1970, e sabemos que não teve compensação e benefício nenhum pra comunidade atingida. As nossas denúncias foram feitas, porque não tínhamos conhecimento das condicionantes, e das normas que eram pra acontecer. Então, o que acontece, lá em uma das condicionantes, da indenização, fala que eles deviam ter três propostas: indenizar, reassentar ou reassentar e indenizar e também ficar com o mesmo terreno, com a parte que não foi afetada como nós ficamos. Sendo que não tivemos acompanhamento de órgão nenhum, e lá na condicionante fala que devia ter orientação e acompanhamento de órgão que não fosse governamental. No caso, seria CPT – Comissão Pastoral da Terra. Então não tivemos orientação nenhuma, era a empresa ir chegar, muitos proprietários venderam pressionados porque era falado que não tinham direito de nada, porque a terra era da UNIAO. Então foi dessa maneira. Daí começamos a organizar esses atingidos e conseguimos os benefícios. Aí o que foi que aconteceu, descobrimos, andando, descobrimos pessoas que não foram indenizadas corretamente, foram enganadas, e associamos elas na Atinba, e vamos brigar pelo lado delas, dessas pessoas. Então associamos essas pessoas e começamos a lutar pelo os menos favorecidos. Aí começou o movimento. (ENTREVISTADO 18 DE FEVEREIRO DE 2018)

Nesse sentido, observa-se que no município de Ferreira gomes estão havendo ações de grupos de indivíduos que, uma vez mobilizados, buscam contestar e reverter a dinâmica produzida pelo agente industrializador, de acordo com sua ideologia e demandas. Segundo Loureiro,

Através dos movimentos sociais os grupos estabelecem com o Estado e com as elites no poder relações antagônicas e contestatórias de caráter político, através das quais pretendem alterar certas situações existentes na sociedade, reparando erros, suprimindo carências, compensando as perdas, revertendo as exclusões. (LOUREIRO, 2001, p. 196)

Contudo, segundo Loureiro, os movimentos sociais agem em condições limitadas por conta da oposição do Estado e os grupos no poder. O poder midiático é utilizado pelo Estado como uma forma de deturpar os movimentos sociais, veiculando a imagem e as suas ações de forma desfavorável, ocasionando dificuldade em sua organização e no seu modo de agir. Moroni Pascale Bemuyal Guimarães, infere que:

É difícil a nossa luta, né. Então não temos apoio de governantes municipais e nem estadual. Então começamos com a Atinba (Associação Dos Atingidos por Barragem), no qual sou presidente e antes de termos fundado a Atinba tentei entrar em contato com MAB, nós sabíamos do movimento que já existia dentro do Brasil, mas não conseguimos e viemos fazendo o trabalho, que eu vi que era semelhante com o trabalho que o MAB faz. Até quando tivemos o contato com o movimento dos atingidos por barragens, o MAB. Tivemos visitas dos representantes aqui no Estado e

formaram alguns militantes, e vieram nos ajudar na parte da organização. Então nós viemos trabalhando, hoje, com o MAB, Atinba e temos a FACADE que é Fórum de Acompanhamento de Conflitos Agrários e Desenvolvimento no Estado que vem nos ajudando também em nosso movimento e na nossa organização. Então o nosso movimento é de base, ele é realmente dos atingidos, aqueles que estão lá na frente, que são desassistidos e que foram esquecidos pelo poder público nas negociações desses grandes empreendimentos, que foram feitos somente para beneficiar os grandes empresários capitalistas. Então a população hoje é grande. E a mídia temos dificuldade com ela. Porque não enxergam. Então eu vou dá um exemplo, quando nós queríamos buscar um espaço pra divulgar e organizar o movimento em rádio e televisão, não tinha, tinham que primeiro ouvir a empresa pra saber se podiam divulgar ou não. Então o que prevalecia era o que a empresa queria. Mas hoje, depois do empreendimento tá feito, acho que não tão mais, como no linguajá popular, como a comunidade aqui fala, “ molhando o pé na planta”, conseguimos alguns espaços para poder divulgar e fazer movimento. Mas independentemente de ter este apoio institucional, nós temos apoio dos movimentos de base, é a comunidade mesmo que vem por conta própria e sem vínculo político, apoio de ninguém, é a comunidade mesmo que tá sendo consciente em busca de seus direitos. (ENTREVISTADO 18 DE FEVEREIRO DE 2018)

Foto: Ato em frente a Promotoria de Justiça de Ferreira Gomes, protocolo de denúncias contra as hidrelétricas de Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão referente a última mortandade de peixes registrada.



Fonte: MAB (fevereiro/2018)

Perguntado sobre quem são os mais afetados pelas barragens em Ferreira Gomes, Moroni, nos diz que:

A ponta da lança dos que foram atingidos são os pescadores e ribeirinhos. As comunidades tradicionais que vivem da subsistência do rio. Pescadores em Ferreira Gomes nós temos mais de trezentos e cinquenta pescadores. Cadastrado na colônia de pescadores. Mas tem aqueles que pescam e não são da colônia de pescadores. Assim como os ribeirinhos. Então hoje está uma calamidade, porque o empreendimento quando foi inaugurado, pra gerar energia, mataram peixes, e, a população que vive disso passa necessidade até os dias de hoje. Os peixes começaram a morrer com a Ferreira Gomes Energia e com a Cachoeira Caldeirão. Então todos estes três empreendimentos, às três hidrelétricas, Coracy Nunes, Ferreira Gomes Energia e Cachoeira Caldeirão é no município de Ferreira Gomes. E temos comunidade, por exemplo, que vive presa entre duas hidrelétricas a Cachoeira Caldeirão e a Coracy Nunes que é a comunidade do Caldeirão, que a empresa tomou o nome para a hidrelétrica. Temos a comunidade Paredão, que fica na frente Coracy Nunes e a Ferreira Gomes Energia. Temos o baixo Araguari, que pra mim foi todo atingido. Comunidade do Palha, que é uma comunidade quilombola, comunidade do Triunfo, Tracajátuba, Samaúma, que pertence a Ferreira Gomes e já começa o município de Tartarugalzinho, Guanabara do Araguari, chega ao município de Cutias do Araguari e depois novamente Tartarugalzinho, Santa Rosa e Pracuuba, sendo que chega até o Tabaco que pertence ao município do Amapá aonde acontecia a pororoca. (ENTREVISTADO 18 DE FEVEREIRO DE 2018).

A organização dos Movimentos Sociais em Ferreira Gomes já possui algumas conquistas - além do reconhecimento enquanto movimento -, o MAB é o principal grupo organizado que vem discutindo e fazendo frente as hidrelétricas no município. O que de certo modo vem criando expectativas positivas aos indivíduos que fazem parte do processo de luta em Ferreira Gomes. Moroni relata que:

A maior vitória do MAB aqui no município de Ferreira Gomes, foi nós participarmos da reunião, eles reconheceram a gente, porque antes eles não reconheciam o movimento, para as reuniões nunca éramos convidados, como até hoje eles tentam fazer isso, então a vitória é os meios de comunicação alternativos que dão ouvidos a nós, nos chamarem pra poder entrevistar, então essa foi a nossa vitória. Mas agora a compensação que viessem beneficiar os atingidos estamos em busca até hoje, porque é uma maneira dessas populações se manterem pós construção dessas hidrelétricas. Nós ainda não conseguimos. Tivemos a visita há pouco tempo atrás e levamos o procurador da república pra visitar a realidade, assim como levamos a promotora de Ferreira Gomes pra ver a situação e assinar um TAC. Então hoje, eu acho lento a ação do ministério público estadual. Por isso que as vezes estamos aqui na cidade cobrando e chamando a atenção das autoridade para nos ajudar. Então contamos com o apoio da população. Mas com os órgãos oficiais, que cometeram essas falhas, não temos apoio algum. Então o que acontece, as condicionantes, as denúncias que fizemos no ministério público, nós queríamos uma prestação de contas, quanto foi gasto na construção desses empreendimentos, as compensações foram pra onde, se houvesse uma prestação de contas para a comunidade nós iríamos descobrir muita coisa. Se houvesse uma investigação a respeito das compensações sociais para a comunidade iriam ver que foi muita coisa desviada. Então cobramos das autoridades, do ministério público estadual e federal que não punam só a empresa, mas sim também os órgãos licenciadores, as pessoas que autorizaram a licença para este empreendimento. Porque acompanhei o estudo de conclusão para funcionamento das hidrelétricas, nós pedimos as autoridades que não fosse dada a licença de operação até verificarem, por exemplo, a causa da mortandade de peixes que até hoje não se sabe. Sabemos que o rio tem identidade própria, cada rio, então sabemos que a realidade aqui é completamente

diferente. A população hoje pede socorro. Tanto Ferreira quanto Porto Grande. E pasmem, ainda tem mais dois projetos de construção de hidrelétricas que são bambu e capivara que temos conhecimento. E vai impactar fortemente essas comunidades que ficam a margem do rio. (ENTREVISTADO 18 FEVEREIRO DE 2018)

Segundo Moroni, presidente do MAB, em Ferreira Gomes o processo de indenização as populações afetadas não foram feitas de maneira justa pelas empresas responsáveis pelas hidrelétricas, assim como não houve acompanhamento por parte das autoridades públicas acerca das indenizações que algumas famílias atingidas receberam, chegando a afirmar que, vários atingidos, foram enganados.

Sim, pessoas foram indenizadas e receberam trinta mil, quarenta mil reais e hoje não tem onde morar, porque o dinheiro que receberam não deu pra comprar outro terreno. Porque eles não foram esclarecidos a respeito disso, e hoje não tem onde morar e nem emprego. Então tudo o que foi prometido pra população, para as comunidades tradicionais não foi cumprido. Nós temos condicionantes que era pra ser investido nas áreas de agricultura, na pesca e nada foi feito. Então estamos lutando até hoje no ministério público para ser instalado tanque rede para as comunidades de Ferreira Gomes, conseguimos, e não estava na condicionante, foi devido ao TAC assinado pelas mortes de peixes que nós conseguimos alguma compensações para o município de Ferreira Gomes e estamos lutando até hoje para conseguir benefícios, também para as comunidade do Caldeirão e para o município de Porto Grande. Mais de três mil famílias foram atingidas, ribeirinhos, mas se for ver os pescadores, porque muitos pescadores não são ribeirinho, vivem na cidade de Ferreira tanto como no Porto Grande. (ENTREVISTADO 18 DE FEVEREIRO DE 2018)

O MAB Amapá vem atuando junto aos órgãos oficiais, por meio da ordem legal, principalmente no ministério público estadual e federal, fazendo denúncias sobre as irregularidades nas medidas compensatórias na construção das hidrelétricas, no sentido de suas demandas serem atendidas, algumas já foram sanadas e outras ainda se encontram sob judice. Dentre as demandas já resolvidas, Moroni relata que:

Nós entramos em contato com o ministério público e denunciamos, mas a gente sente uma morosidade, principalmente do ministério público estadual. A primeira denúncia foi concernente ao museu. Nós já estamos vindo lutando, mas não éramos organizados, e achamos uma brecha, lendo o plano básico ambiental que existia a possibilidade de construção do museu de Ferreira Gomes, que era pra fomentar o turismo. O museu era pra abrigar o sitio arqueológico, foram encontrado dezesseis sítios arqueológicos, até hoje eles se encontram na Unifap guardados não sei onde e ficaram de reformar uma sala para ficar estes artefatos encontrados nestes dezesseis sítios arqueológicos, em Ferreira Gomes. Então nós descobrimos essa brecha e que tinha possibilidade de construir esse museu e entramos no ministério público denunciando e cobrando isso daí. E conseguimos, aqui hoje o museu de Ferreira Gomes está construído, mas fechado, não foi inaugurado e segundo a empresa falam

que é o IFHAN o responsável por abrir, mas estes artefatos continuam na universidade. (ENTREVISTADO 18 FEVEREIRO DE 2018)

Foto: Moroni Pascale Bemuyal Guimarães, presidente da Atinba e MAB Amapá.



Fonte: AGUIAR, Danilo (Fevereiro/2018)

Segundo o coordenador do MAB Amapá, existe ainda a possibilidade de as populações atingidas, principalmente os pescadores, de serem indenizadas com salário mínimo vitalício, aguardam o resposta do ministério público estadual e federal sobre o caso. Nesse sentido, o Movimentos Dos Atingidos no Amapá centra na demanda das populações atingidas de modo que sejam ouvidas e, conseqüentemente, haja justiça social, o que se torna fundamental dentro do processo de concretização de uma sociedade democrática. Moroni externa o seu sentimento afirmando que:

Pessoas que tinham sua vida tranquilas ali na beira do rio, sustentavam suas famílias do rio, então hoje não tem. Você vê pessoas juntando latinhas, você vê pessoas que vão pro rio botar redes, dois dias de pesca eles não conseguem pegar o almoço, e você vê famílias subindo o rio Araguari ali da ponte, famílias com onze pessoas, e três adultos, o restante é tudo criança, que passam a noite pescando pra poder se alimentar no outro dia. Então é o sentimento de revolta que tenho, porque nós queríamos que pelo menos essas pessoas tivessem ao menos o que comer. O nosso sentimento em Ferreira Gomes, vendo a realidade das comunidades tradicionais é de revolta. Porque

hoje os empresários estão lucrando com a miséria e o sofrimento da nossa população. Estão levando esse dinheiro pra fora, o estado do Amapá produz a energia e vai pra fora e o que vem tem que ser comprado, a energia cara, mas pra eles é barato, o empreendimento mais barato que se tem para fazer é o hidrelétrico, é usar o rio, eles constroem e vão lucrar até 2045 com rio produzindo energia de graça pra eles, sendo que a nossa população está passando fome e tendo que pagar esse empreendimento agora na conta de luz. Temos oito a nove famílias que são MAB, se identificam com o movimento. Mas eu falo que todos somos atingidos, então quando fazemos o movimento, todos são do MAB. Então vestem a camisa, erguem a bandeira, quando tem atividade eles se fazem presente. Eu falo que a comunidade atingida não são só aqueles que estão próximas as hidrelétricas, todos somos atingidos, inclusive o estado do Amapá, município de Macapá, a Amazônia, porque onde tem hidrelétrica a sociedade como um todo é atingida. Eu finalizo dizendo água e energia não são mercadoria, água consideramos que seja para a vida, e não para a morte. (ENTREVISTADO 18 DE FEVEREIRO DE 2018)

Considerações Finais

Um dos grandes motivos pelos quais estes empreendimentos hidrelétricos são questionados é a prevalência de muitos casos de violação dos direitos humanos e respeito à biodiversidade. Nesse sentido, estas populações estão inseridas na sociedade de risco, pois sofrem constantes ameaças pelo modelo de desenvolvimento econômico proposto. É preciso uma maior fiscalização por parte do poder público no intuito de atuar de forma clara, portanto, conforme a Lei para garantir os direitos das populações afetadas.

Com efeito, é necessário, também, que os estudos de impacto ambiental tenham autonomia, isto é, não seja contratada pelos próprios empreendedores. As transformações socioambientais nos territórios atingidos por barragens provocam sofrimentos em diversos aspectos tais como em “seu meio físico, econômico, cultural, social ou psicológico de maneira direta ou indireta, em virtude de ação antrópica ou natural, causando mudanças em seu padrão de vida e comportamento.” (PEREIRA, op. cit. 2014).

As cidadanias mutiladas na Amazônia querem voz. Há um fluxo de mobilização que cresce cada vez mais na região, os povos da floresta e das savanas amazônicas, resistem de forma fiel aos seus valores milenares e levam consigo os ensinamentos de seus ancestrais. Os movimentos sociais na Amazônia estão se fortalecendo de diversas formas, o que propicia um maior embate contra as forças hegemônicas. A luta se faz presente no cotidiano do povo da floresta, a resistência é tida como parte integrante de sua identidade, o que remete uma perspectiva menos desoladora para os próximos acontecimentos que estão por vir na região.

O caso estudado revela o acontecimento local de fenômenos de ordem global. A industrialização desordenada e o risco chegam mais intensamente à Amazônia; todavia,

encontram um povo de uma cultura imensamente forte para resistir a esses processos. A contribuição da pesquisa é de um modo geral dar voz a emergência social e cultural das populações locais no sentido de demonstrar suas resistências e imposições em relação as transformações desencadeadas pelos processos globalizantes euro-ocidentais.

Significa refletir sobre questões que nos desafiam, inclusive academicamente no sentido da reconstrução do conceito de soberania territorial e de apropriação da renda territorial, incluindo-se aí a questão da água. Pois, sobre os processos avassaladores impostos pela atual formação econômico social, serão realizadas na maior variedade de impactos hidro-barrageiros a pergunta - o que para essas populações significou um dia o rio e as respostas quase sempre terão o mesmo teor: “Era a minha vida e de muitos pescadores. Era nossa vida, nosso ramo de sobrevivência, hoje é mais nada”. (ANGELITA BARBOSA RAMOS, ENTREVISTADA 18 DE FEVEREIRO DE 2018)

Fontes Documentais

Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANNEEL) 2012. **ANEXO VIII AO EDITAL DE LEILÃO Nº. 06/2012-ANEEL Processo nº. 48500.001651/2012-54**. Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/editais_geracao/documentos/ANEXO_8_Character%C3%ADsticas_T%C3%A9cnicas_UHE_Cachoeira_Caldeir%C3%A3o_atualizado.pdf Acesso em: 09 de junho de 2016.

ALVES, Jéssica. Nova ocorrência de peixes mortos é registrada no Rio Araguari, no Amapá. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/01/nova-ocorrencia-de-peixes-mortos-e-registrada-no-rio-araguari-no-amapa.html>. Acesso em: 22 de maio de 2016.

BRASIL. Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). **Sobre o PAC**. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em: 12 de Março de 2016.

BTG Pactual. Ferreira Gomes Energia. **Relatório 05 de junho de 2014**. Macapá. Disponível em: <https://www.btgpactual.com/Research/OpenPdf.aspx?file=21401.pdf> Acesso em: 09 de junho de 2016.

ELETROBRÁS, Brasil. (Centrais Elétricas Brasileiras S/A). 1987. **Plano 2010: Relatório Geral**. Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010 (Dezembro de 1987). ELETROBRÁS, Brasília, DF, Brasil.

FIGUEIREDO, Fabiana. Pescadores dizem que não recebem compensação por morte de peixes. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/05/pescadores-dizem-que-nao-recebem-compensacao-por-morte-de-peixes.html>. Acesso em: 22 de maio de 2016.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Dados do censo 2010**: Amapá. Diário Oficial da União. 04 nov. 2010. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <Http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados-divulgados/index.php? =16>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). **Atingidos do Amapá denunciam crime ambiental da Ferreira Gomes Energia**. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-do-amap-denunciam-crime-ambiental-da-ferreira-gomes-energia>. Acesso em: 16 de março de 2016.

PACHECO, Jhon. **Prefeitura diz que 603 pessoas foram atingidas pela cheia do Araguari**. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/05/prefeitura-calcula-3-mil-pessoas-atingidas-pela-cheia-do-rio-araguari.html> Acesso em: 08 de Julho de 2016.

_____. **Pescadores denunciam 3ª aparição de peixes mortos no Araguari, em 2016**. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/02/pescadores-denunciam-3-aparicao-de-peixes-mortos-no-araguari-em-2016.html> Acesso em: 22 de maio de 2016.

SANTIAGO, Abinoan. **Hidrelétricas em rio no AP mudam rotina de pescadores; veja relatos**. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2016/02/hidreletricas-em-rio-no-ap-mudam-rotina-de-pescadores-veja-relatos.html>. Acesso em: 20 de Maio de 2016.

_____. **No AP, mais de 300 vítimas ganham na Justiça indenização por enchente**. Disponível em: <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/12/no-ap-mais-de-300-vitimas-ganham-na-justica-indenizacao-por-enchente.html>. Acesso em: 08 de Julho de 2016.

Movimento dos atingidos por Barragens (MAB). **A resistência e a luta do MAB em defesa da Amazônia**. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/resistencia-e-luta-do-mab-em-defesa-da-amazonia-0>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). **Final da década de 70: os primeiros passos**. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/content/1-final-da-decada-70-os-primeiros-passos>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2018.

CHAVES, Patrícia Rocha. “ Rio afogado é rio morto também. As experiências dos atingidos pela barragem de estreito e os conflitos sociais durante o seu processo de construção.” XXI Encontro de Geografia Agrária. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufo.br> Acesso em: 06 de fevereiro de 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, [1968] 2001.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, [1986] 2010.

FEARNSIDE, Philip Martin. **Hidrelétricas na Amazônia. Impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. Manaus: Editora do INPA, 2015.

SIQUEIRA, Karoline Fernandes. **Novas dinâmicas territoriais da usina hidrelétrica de Santo Antônio no Vale do Jari: a desconstrução do uso do território e de produtos na RDS do Iratapuru-AP**. Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Macapá, 2016.

PEREIRA, Anderson Luis. **Impactos sócio-ambientais da Hidrelétrica do Funil na comunidade de Ponta Negra**. Sinapse Múltipla, 3(2), dez., 135-146, 2014. Acesso em: 12 de Julho de 2016.

LOUREIRO, Violeta R. **Estado, Bandidos e Heróis**. Belém, Cejup, 2001.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. Editor contexto. 3º Ed. – São Paulo.

SANTOS, Milton. **As Cidades Mutiladas**.